



## DOSSIÊ TEMÁTICO:

### **QUAIS RECURSOS PARA QUE MODELOS DE DESENVOLVIMENTO NA ÁFRICA SUBSAARIANA?**

#### Entrevista



### **Recursos naturais, rendas e governança na África subsaariana: reflexões de um Geógrafo africanista. Entrevista de Géraud Magrin**

*Por Frédéric Monié*



#### **Géraud Magrin**

Professor na Universidade Paris 1 Panthéon-Sorbonne (UFR 08- Géographie), França.  
Contato: Geraud.Magrin@univ-paris1.fr

#### **Citação**

MAGRIN, G. Recursos naturais, rendas e governança na África subsaariana: reflexões de um Geógrafo africanista. Entrevista de Géraud Magrin. **Boletim GeoÁfrica**, v. 2, n. 7, p. 10-20, jul.-set. 2023

**Quem é Geraud Magrin?** Ex-aluno da École Normale Supérieure de Fontenay-Saint Cloud (França) e titular da agregação em geografia, Géraud Magrin é geógrafo, professor da Universidade de Paris 1 Panthéon-Sorbonne (UFR 08- Geografia) e diretor da UMR 8586 Prodig (2019-2024). É também codiretor do Mestrado DynPed (Dinâmica dos países emergentes e em desenvolvimento) em Paris 1 e presidente da comissão "Desenvolvimento e tropicalidades" do Comitê Nacional de Geografia Francês (CNFG). Dirigiu ou coorienta 10 teses e orienta ou coorienta atualmente 11 teses de doutorado, quase sempre relacionadas com os seus temas e/ou áreas de investigação. G. Magrin concluiu a sua tese de doutorado sobre as transformações do sul do Chade (2000), no âmbito do CIRAD, onde iniciou a sua carreira profissional (2001-2014). Ele foi nomeado, entre outros, para o departamento de



Geografia da Universidade Gaston Berger de Saint Louis (Senegal) para apoiar atividades de pesquisa de acompanhamento sobre a gestão territorial descentralizada. Os seus estudos centram-se na governança dos recursos naturais na África Central e Ocidental, mais especificamente a descentralização, a gestão de bacias hidrográficas e de zonas húmidas (Vale do Senegal, Lago Chade), os impactos territoriais das atividades mineiras e petrolíferas em particular no Chade, no Senegal, na Mauritânia e, mais recentemente, na Costa do Marfim. Seu estudo para o credenciamento de orientação de teses de

doutorado, intitulado *Voyage en Afrique rentière*, foi publicado em 2013. A obra questiona a territorialização e as possibilidades de bifurcação dos sistemas político-econômicos rentistas graças às reformas no campo da regulação associadas à globalização e à transformação demográfica e urbana do continente. Nos últimos anos, G. Magrin tem estudado mais especificamente as configurações de governança associadas às atividades de mineração artesanal no Sahel e na África Ocidental. Ele se interessa também na forma como as noções de Antropoceno e transição renovam a análise do desenvolvimento.

## Entrevista de Géraud Magrin<sup>1</sup>

**GeoÁfrica.** Em 2000, o senhor defendeu uma tese de doutorado na Universidade Panthéon-Sorbonne (França) intitulada *Le sud du Tchad en mutation : des champs de coton aux sirènes de l'or noir*. Você poderia falar da trajetória acadêmica que o levou a escolher este tema de pesquisa?

O acaso desempenhou um papel importante nesta escolha. Fui iniciado aos estudos africanos na ocasião de minha dissertação de Mestrado (Master 1) na Universidade de Paris 1 - Panthéon-Sorbonne, dissertação cuja pesquisa foi consagrada ao abastecimento alimentar de Libreville, Gabão (1993-1994). Em seguida, prestei, com sucesso, o concurso de agregação (concurso de recrutamento de professores do ensino secundário na França). Demostrei então interesse pelo programa de História contemporânea que versava sobre “a Europa e a África entre 1898 e 1975”. Para me distrair de forma útil, sem fugir do conteúdo do programa, percorri a obra do grande escritor maliano Amadou Hampâté Ba. O quadro que Ba pinta da relação, trágica e culturalmente fecunda, das sociedades do Sahel com o mundo exterior através da colonização me fascinou e me estimulou a passar a pesquisar nesta região. Meu orientador, Roland Pourtier, era um especialista das florestas da África Central. Mas, ele me informou da possibilidade de realizar um estudo no âmbito dos programas de pesquisa do CIRAD [La Recherche Agronomique pour le

<sup>1</sup> A entrevista foi realizada por e-mail e traduzida do francês por Frédéric Monié. As respostas foram recebidas em 09/09/2023.



Développement] no Chade. Esses projetos eram liderados por Jean-Philippe Tonneau (conhecido dos Geógrafos brasileiros) e Marie-Françoise Courel (EPHE). Decidi, portanto, realizar minha pesquisa de DEA (Master 2) sobre as transformações da margem sul do Lago Chade sob o efeito do crescimento da demanda urbana no final da década de 1990. O Chade se preparava então a se tornar um país produtor de petróleo. Pourtier, que era muito interessado nas questões geopolíticas, me incentivou a estudar as transformações desta região sob o efeito da exploração do hidrocarboneto.

Mas, como é frequentemente o caso, a cronologia deste grande projeto energético não acompanhou exatamente a linha de tempo da investigação. Devido a múltiplas oposições da sociedade civil internacional e a diminuição do preço do petróleo, o projeto petrolífero se atrasou e a construção das primeiras infraestruturas começou apenas quando estava terminando de escrever minha tese (verão de 2020). A pesquisa apresenta, portanto, uma espécie de imagem dinâmica desta grande região do sul do Chade, historicamente construída em torno do cultivo colonial do algodão, no momento do seu ingresso na era da exploração petrolífera.

12

**GeoÁfrica.** *Durante a segunda metade do século XX, vários investigadores formularam teorias ou categorias analíticas como “economias de enclave”, “maldição dos recursos” ou “paradoxo da abundância”. Quais são as principais contribuições analíticas dessas teorias? Quais são os seus limites?*

Estes modelos de análise foram propostos principalmente no campo da economia, da ciência política ou da economia política. Simplificando, a “maldição dos recursos” (AUTY, 1994) e o “paradoxo da abundância” (KARL, 1997) referem-se à ideia contraintuitiva segundo a qual em países com instituições fracas a abundância de recursos naturais é acompanhada, a longo prazo, por uma série de problemas macroeconômicos e de governança, por conflitos etc. Esses estudos recorrem, em particular, a abordagens quantitativas utilizando a econometria e bases de dados em escala nacional explorando longos períodos históricos.

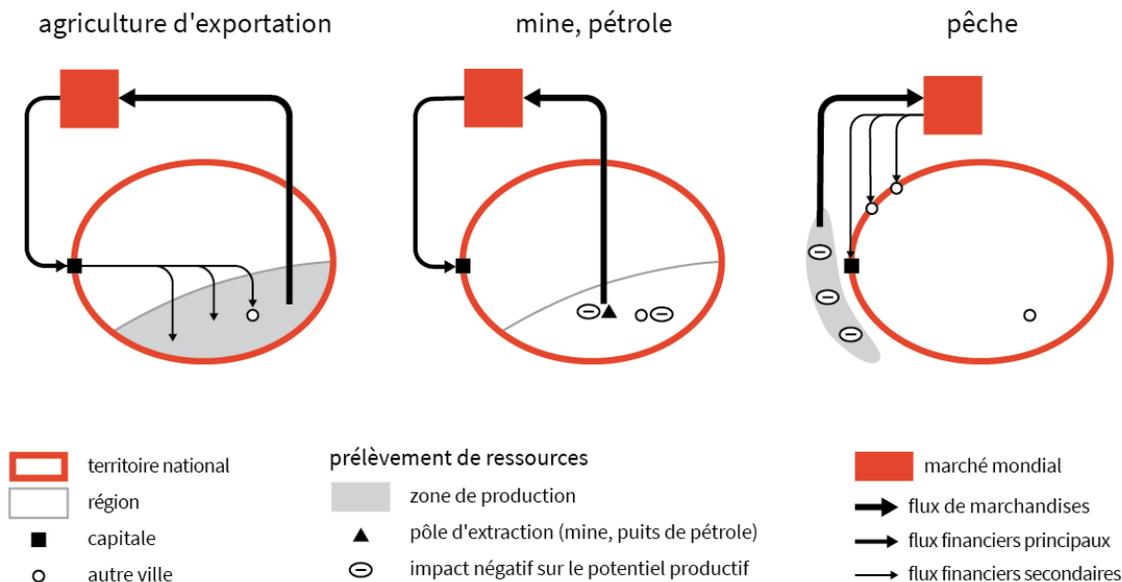
As economias de enclave pertencem a um campo de investigação conexo e mais ou menos contemporâneo do primeiro (final da década de 1980), porém distinto em diversos aspectos. Elas designam formas econômicas extravertidas que não têm ou têm poucos efeitos desencadeadores sobre outros setores de atividades. A exploração dos recursos naturais ilustra esta figura da economia de enclave que pode ser abordada a partir de um ponto de vista muito geográfico. São,



por exemplo, campos petrolíferos espacialmente delimitados e protegidos por dispositivos de segurança, como aqueles que Nicolas Donner (2011, 2014) e eu (MAGRIN e VAN VLIET 2005) pudemos estudar no Chade. Esses sítios extrativos são materialmente ligados ao mundo exterior por um oleoduto (para exportar petróleo bruto) e um aeroporto, mas têm poucas ligações com o interior rural onde estão inseridos. Geram poucos empregos e fluxos de produtos agrícolas e pouca subcontratação. É a renda, recebida pelo Estado em troca do direito de exploração dos recursos, que faz a ligação entre o território nacional e o sistema petrolífero. Mas, essa renda é concentrada na capital, o que implica desafios complexos em termos de governança. A economia petrolífera é, de facto, uma economia de enclave, com externalidades essencialmente negativas para os territórios de extração. Por um lado, a renda é distribuída de forma muito desigual entre o Estado e as empresas estrangeiras. Dentro do próprio país, ela é, por outro lado, apropriada em ampla medida pelas elites políticas que detêm o poder estatal na capital nacional.

### Économie d'extraction

13



Géoconfluences 2017, d'après G. Magrin, 2013 

Na minha opinião, esses modelos analíticos apresentam certa utilidade para pensar os efeitos da exploração dos recursos naturais, desde que sejam utilizados de forma crítica, evitando assim o determinismo latente que escondem (“não podemos escapar a uma maldição”). Precisamos



considerar os efeitos contingenciais e a complexidade dos fatores históricos e geográficos que moldam a trajetória político-econômica dos países. Alguns países do Sul Global têm sido historicamente capazes de construir trajetórias de desenvolvimento baseadas em rendas derivadas de recursos naturais: Brasil, Chile, África do Sul, Botswana, Malásia, Indonésia, países do Golfo, ou mesmo a China, por exemplo.

A problemática das escalas é essencial para pensar em termos de custos e benefícios. A prosperidade industrial e o desenvolvimento da França foram parcialmente construídos nos territórios (pessoas e paisagens) do [livro] *Germinal* de [Émile] Zola, ou seja, em áreas que, na América Latina seriam chamadas de zonas de sacrifício.

Os autores que subscrevem a abordagem da “maldição dos recursos” têm pouca consideração pelas questões ambientais e pelos conflitos locais multifacetados ligados às injustiças da compensação ou à redistribuição das rendas, por exemplo. Em outras palavras, a dimensão territorial é ignorada, apesar de ser fundamental para a compreensão das formas de ancoragem destas atividades e dos seus efeitos. Na minha opinião, essa abordagem é relevante pois fornece um quadro de análise genérico bastante pertinente, mas ela precisa ser enriquecida e relativizada por perspectivas mais refinadas, contextualizadas e territorializadas.

14

**GeoÁfrica.** *As décadas 2000 e 2010 foram marcadas por um superciclo global das commodities que se traduziu, em particular, por um forte dinamismo das atividades extrativas na África Subsaariana. Num contexto de aumento expressivo das suas receitas de exportação e do seu PIB, alguns governos revisaram o quadro de regulação das atividades mineiras e da indústria petrolífera. Alguns promoveram também políticas de descentralização político-administrativa. Até que ponto estas iniciativas afetaram as estruturas dos regimes rentistas e abriram “espaços de bifurcação” (MAGRIN, 2015)?*

Propus a noção de “espaço de bifurcação” (MAGRIN, 2015), com base em estudos de História institucional (MAHONEY, 2000; CAPOCCIA e KELEMEN, 2007). O termo designa o momento em que a transformação do contexto e da base de recursos dos Estados possibilitaria uma mudança de trajetória político-econômica, graças ao enfraquecimento de sistemas rentistas que, até agora, têm sido muito pouco promissores em termos de desenvolvimento, apesar do forte aumento dos recursos financeiros a disposição dos Estados africanos em decorrência da intensificação das atividades extrativas.



A reestruturação da regulação destas atividades tem sido usada para as promover e as legitimar. Observa-se que, apesar da centralidade da regulação pública, os protagonistas deste processo não foram apenas os Estados. O Banco Mundial apoiou e acompanhou a elaboração de duas ou três gerações de códigos de mineração e petrolíferos em muitos países, entre o final da década de 1990 e a década de 2010. A primeira geração teve uma orientação muito liberal, focando a atração de investidores, sem abrir reais perspectivas de mudanças. Por sua parte, os últimos códigos promulgados passaram a levar em consideração as questões ambientais (redução e compensação de impactos). De um modo geral, a regulação do extrativismo tornou-se consideravelmente complexa. Ela se baseia em normas híbridas emitidas por uma grande variedade de atores (Estados, instituições internacionais, firmas, associações profissionais de empresas mineiras ou petrolíferas) e relevam tanto do registro *hard laws* quanto da perspectiva *soft laws* (códigos voluntários, boas práticas), como o evidencia magistralmente Jeanne-Solène Rey-Coquais (2022) na sua tese de doutorado.

15

Neste contexto, alguns Estados, como Burkina Faso, Senegal ou Níger, decidiram drenar uma parte da renda do extrativismo em direção às autoridades locais para que os governos das zonas de produção tenham mais recursos financeiros independentes a disposição para melhorar a qualidade de vida da população das áreas impactadas pelas atividades. No entanto, assim como as leis de descentralização, estas disposições são de difícil aplicação na medida em que os Estados costumam resistir na hora de transferir efetivamente recursos financeiros para poderes locais. No Burkina Faso e no Níger, a situação de insegurança pode ter justificado atrasos na aplicação destas leis.

De um modo geral, as novas regulações que pretendem melhorar a transparência e, portanto, a governança de rendas extrativas em fase de crescimento, além de mitigar seus impactos ambientais, oferecem alavancas de ação para os atores desejando impulsionar a mudança dentro do Estado central, em nível local ou no âmbito da sociedade civil. Infelizmente, as possibilidades de mudança foram exploradas. Os choques globais (crise de 2008, queda do preço das matérias-primas depois de 2014, pandemia de Covid 19, Guerra na Ucrânia) e crises políticas internas (insegurança no Sahel, instabilidade política) reduziram estes “espaços de bifurcação”.



**GeoÁfrica.** *Poderia apresentar aos leitores o caso do Chade, onde a descoberta de importantes reservas petrolíferas na bacia de Doba deu origem a iniciativas institucionais e políticas destinadas a transformar a indústria petrolífera num vetor de desenvolvimento econômico e social. Quais foram os principais avanços promovidos por essas iniciativas? Quais fatores contribuíram posteriormente para o relativo fracasso das medidas adotadas pelo governo chadiano?*

O caso do Chade ilustra claramente as esperanças e os limites associados ao contexto dos últimos 25 anos. Um consórcio liderado pela firma Exxon começou a explorar petróleo no início dos anos 2000. A construção do sítio extrativo começou em 2000 e o hidrocarboneto começou a ser exportado em 2003. Apesar de modesta em escala global e até africana, a produção (100.000 a 200.000 barris por dia) permitiu aumentar significativamente as receitas do Estado. Neste país muito pobre e politicamente instável, o investimento da Exxon foi possível graças à participação ativa do Banco Mundial que desempenhou inicialmente um papel de fiador. O Banco promoveu também a revisão do quadro legislativo (ambiental e petrolífero) nacional, propondo um sistema exigente em termos de governança e gestão ambiental. Ao mesmo tempo, planejou reforçar a capacidade do Estado para gerir a economia petrolífera através de um projeto de reforma administrativa. Uma Lei foi votada no parlamento do Chade destinando 5% da renda total à região de produção e a maior parte das receitas petrolíferas a prioridades setoriais, como a luta contra a pobreza. Paralelamente, benefícios para as gerações futuras deviam ser garantidas. Para alcançar esses objetivos, mecanismos de controle multiníveis (nacional, internacional, empresas) foram implementados.

Infelizmente, a degradação do contexto geopolítico regional derrubou rapidamente o edifício normativo construído pelo Banco Mundial. A partir de 2006, ameaçado por rebeliões apoiadas pelo Sudão, o regime chadiano passou a utilizar recursos petrolíferos para comprar armas. O Banco cessou então de apoiar o projeto. A multiplicação de poços (foram perfurados mais de 1000 em vez dos 300 inicialmente previstos) destinada a aumentar a produção de petróleo teve impactos fundiários significativos na zona de extração, onde as condições de produção agrícola se deterioraram, alimentando, em consequência, um forte descontentamento na sociedade local. Após 2014, Exxon vendeu gradualmente seus campos maduros para operadores de menor porte, em particular a firma Glencore. Em decorrência da queda dos preços, o governo do Chade foi profundamente afetado pelo crescimento da dívida. Em Ndjamena, a construção dos novos



ministérios das Relações Exteriores e da Economia, iniciada em 2013-2014, foi abandonada. Os gigantescos edifícios inacabados ilustram a miragem do petróleo. Em 2022, o Chade ainda ocupa o 188º lugar entre 189 países na lista global do Índice de Desenvolvimento Humano, ou seja, o mesmo penúltimo lugar que ocupava quando a exploração petrolífera começou em 2000.

É, portanto, tentador ver nesta trajetória uma confirmação da hipótese da maldição dos recursos. No entanto, é importante não perder de vista os fatores externos à indústria petrolífera. Apesar de sua natureza predatória e autoritária, o regime chadiano continuou de receber o apoio da França, dos Estados Unidos e da União Europeia num contexto de degradação do contexto geopolítico regional (conflitos no Darfur, na Líbia, na Nigéria com Boko Haram etc.). O Chade apareceu como um polo de relativa estabilidade e um aliado confiável num ambiente regional desestabilizado. “A renda geopolítica” contribuiu tanto para a permanência de trajetórias sociopolíticas nefastas para as populações chadianas quanto a renda petrolífera.

**GeoÁfrica.** *Quais são, na sua opinião, os principais obstáculos que bloqueiam as trajetórias de bifurcação dos regimes de anuidades?*

17

Esta questão é muito difícil. As transformações sociopolíticas dos sistemas rentistas dependem de fatores internos e externos. Internamente, as sociedades africanas estão sujeitas à pressões muito fortes: num contexto de pobreza, o crescimento demográfico coloca anualmente dezenas de milhões de jovens africanos no mercado de trabalho (cerca de 300.000 novos trabalhadores todo ano em países como Chade, Níger e Mali). As condições ambientais da produção agrícola são difíceis, irregulares, por vezes degradadas. Em algumas regiões do continente, a insegurança ameaça territórios inteiros. As demandas são imensas (alimentos, água, energia, transportes) e a margem de manobra das classes políticas é muito pequena para lhes dar resposta. Devido a constrangimentos internos e externos (dependência da ajuda e dos investimentos internacionais; estruturas historicamente econômicas extravertidas; oscilação do preço das matérias-primas), as opções políticas propícias à construção de debates democráticos suscetíveis de definir caminhos de desenvolvimento originais e autônomos são limitadas. Esta situação, denunciada desde as Independências, permanece, infelizmente, até hoje.

O contexto das últimas duas décadas permitiu alguns progressos. Foram aplicados investimentos significativos em infraestruturas; algumas doenças recuaram (malária, AIDS); o acesso à água melhorou; e, em alguns países, a democracia e a descentralização foram relativamente bem-



sucedidos (Senegal, Gana etc.). Os avanços registrados em termos de urbanização e integração regional, bem como a rápida difusão da tecnologia digital, abrem perspectivas de diversificação para economias até então dependentes da exportação de matérias-primas. A chegada massiva de *players* chineses e a diversificação de parcerias externas têm, também, favorecido investimentos em determinadas áreas.

No entanto, desde a crise de 2019, as convulsões da economia global impactaram fortemente o continente africano. A África Subsaariana foi, por exemplo, muito mais afetada pelos impactos econômicos indiretos da pandemia de Covid 19 do que pelos seus efeitos sanitários. O novo contexto da globalização passou, por sua parte, a oferecer menos oportunidades para a África se extrair do modelo histórico de inserção na divisão internacional do trabalho como exportadora de matérias-primas que beneficia os atores dominantes do sistema global e de seus dirigentes e penaliza sua população. (ILIFFE, 2007; MBEMBÉ, 2010). A lógica das rivalidades exacerbadas pelo acesso aos recursos necessários à transição energética, num contexto de competição geopolítica entre as potências ocidentais, a China, a Rússia e os países emergentes, pode, do seu lado, reduzir a margem de manobra dos países africanos, além de enfraquecer as democracias e promover a instabilidade política. No entanto, não devemos esquecer que as situações variam muito de um país para outro e que o peso das incertezas ligadas ao futuro da democracia no contexto da crise climática e da exacerbação das rivalidades geopolíticas globais não é específico do continente africano.

### Referências citadas na entrevista

AUTY, R. M. Industrial policy reform in six large newly industrializing countries: The resource curse thesis. **World development**, vol. 22, n 1, 1994, p. 11-26.

CAPOCCIA G., KELEMEN R.D. (2007), The Study of Critical Junctures : Theory, Narrative and Counterfactuals in Historical Institutionalism. **World Politics**, vol. 59, n. 3, 2007, p. 341-369.

DONNER N. Notes sur la dimension immunitaire des enclaves pétrolières. **EchoGéo** n. 17, 2011. URL : <http://echogeo.revues.org/12555>

DONNER N., 2014. **La clé des champs : enclavement et immunité territoriale de l'exploitation pétrolière en Afrique centrale (Tchad, Guinée Equatoriale, Sao Tome et Principe)**. Thèse de doctorat en géographie, Université Paris 1 Panthéon Sorbonne, 2014, 412p.



ILIFFE, J. **Les Africains. Histoire d'un continent.** Paris: Flammarion, 2009 701p.

KARL, T.L. **The paradox of Plenty: Oil Booms and Petro-States.** Berkeley: University of California Press, 1997

MAGRIN, G. **Voyage en Afrique rentière, une lecture géographique des trajectoires du développement.** Paris : Publications de la Sorbonne, coll. Territoires en mouvements, 2013, 424 p.

MAGRIN, G. L'Afrique entre « malédiction des ressources » et « émergence » : une bifurcation ? . **Revue Française de Socio-Économie.** n. 2 (Hors-série), 2015: p. 105-120. URL: [www.cairn.info/revue-francaise-de-socio-economie-2015-2-page-105.htm](http://www.cairn.info/revue-francaise-de-socio-economie-2015-2-page-105.htm)

MAGRIN, G; NINOT, O. Transitions et développement en Afrique: un continent d'incertitude. **Bulletin de l'Association de géographes français**, vol. 97, n. 4, 2021, p.395-411

MAGRIN G, VAN VLIET G. Greffe pétrolière et dynamiques territoriales : l'exemple de l'on shore tchadien. **Afrique contemporaine**, n° 216, 2005, p. 87-105.

MAHONEY J. Path dependence in historical sociology. **Theory and Society**, n. 29, 2000, p. 507-548.

MBEMBE, A. **Sortir de la grande nuit : Essai sur l'Afrique décolonisée.** Paris: Éditions La Découverte, 2010, 243 p.

REY-COQUAIS, J.-S. **Régulation environnementale du secteur minier cuprifère au Chili et au Pérou: une analyse géographique des normes environnementales en territoires andins.** Université Paris 1 Panthéon-Sorbonne, 2022.

## **Tese de doutorado e algumas publicações recentes de Géraud Magrin**

MAGRIN, G. **Le sud du Tchad en mutation des champs de coton aux sirènes de l'or noir.** Thèse de doctorat en Géographie: Université Panthéon-Sorbonne. Paris: Université Panthéon-Sorbonne, 2 vol., 2000, 454 p.

MAGRIN, G.; NINOT, O. Freins et moteurs du développement en Afrique. **Questions internationales**, n. 115, 2022, pp.14-25.

MAGRIN, G. L'Afrique face au nouveau monde multipolaire. In: Pourtier, R. (Ed.). **Géopolitique de l'Afrique et du Moyen-Orient.** Paris: Nathan, 2022, p. 288-303.

MAGRIN, G. Economies de rente et ancrage dans la mondialisation. In: Pourtier, R. (Ed.) **Géopolitique de l'Afrique et du Moyen-Orient.** Paris: Nathan, 2022, p.80-98.



MAGRIN, G; NINOT, O. Transitions et développement en Afrique: un continent d'incertitude. **Bulletin de l'Association de géographes français**, vol. 97, n. 4, 2021, p.395-411

MAGRIN, G.; MONTCLOS M-A Pérouse de. Crisis and Development. The Lake Chad Region and Boko Haram. Paris: AFD, 2018, 272 p.

MAGRIN, G.; La desaparicion del lago Chad: Historia de un mito. In: Salamanca Villamizar S. (dir.); Astudillo Pizarro F. (dir.). **Recursos, vínculos y territorios. Inflexiones transversales en torno al agua**, Rosario: Universidad Nacional de Rosario, 2017, p. 299-307.

MAGRIN, G. **Voyage en Afrique rentière, une lecture géographique des trajectoires du développement**. Paris : Publications de la Sorbonne, coll. Territoires en mouvements, 2013, 424 p.